

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 7.412 DE 2010

Dispõe sobre procedimentos do Poder Judiciário dos Estados e do Distrito Federal para a aplicação dos recursos provenientes de depósitos judiciais sob aviso à disposição da Justiça em geral, e sobre a destinação dos rendimentos líquidos auferidos dessa aplicação, e dá outras providências.

EMENDA SUBSTITUTIVA No

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Poder Judiciário dos Estados e do Distrito Federal procederá à custódia dos depósitos judiciais sob aviso à disposição da Justiça em geral, preferencialmente na Caixa Econômica Federal, no Banco do Brasil ou em um banco, de que o Estado-Membro possua mais de metade do capital social integralizado.

Art. 2º O Poder Judiciário dos Estados e do Distrito Federal poderá firmar contratos preferencialmente com as instituições financeiras qualificadas no Art. 1º, com vistas à obtenção de recursos financeiros para a aquisição de bens e serviços voltados à melhoria da prestação jurisdicional, em contrapartida à qualificação daquelas instituições financeiras como agentes captadores e mantenedores dos saldos de depósitos judiciais e precatórios até o seu normal levantamento pelos titulares das contas.

Parágrafo único. Os recursos financeiros a que se refere o caput deste artigo serão resultantes da aplicação financeira dos depósitos judiciais, deduzidos os valores a seguir:

- I – pagamento da remuneração devida aos depósitos judiciais;
- II – despesas decorrentes dos serviços de custódia dos depósitos judiciais pelas instituições financeiras, e remuneração que lhes seja devida pela intermediação dos recursos;
- III – tributação.

Art 3º. Os recursos auferidos com os contratos a que se refere o artigo anterior, serão destinados:

I – à constituição de Fundos Específicos, com aplicação, preferencialmente, na Modernização e Reaparelhamento Funcional do Poder Judiciário Estadual e do Distrito Federal, para a aquisição, construção, recuperação, reforma e restauração física de prédios e instalações; para a aquisição de equipamentos em geral e para a implantação e manutenção de sistemas de informática e sistemas de gestão estratégica;

II – ao investimento em treinamento e especialização de magistrados e servidores.

Art. 4º Os índices percentuais relativos ao montante dos rendimentos líquidos auferidos, segundo a destinação prevista nos incisos I e II do art. 3º, desta Lei, os parâmetros e normas para sua aplicação, a prestação de contas e procedimentos para execução desta Lei serão regulamentados por decisão do Tribunal Pleno de cada um dos Estados e do Distrito Federal, ou seu Órgão Especial onde houver.

Art. 5º As receitas públicas provenientes dos recursos auferidos com os rendimentos de que trata esta Lei observarão os ditames da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 a fim de que as importâncias sejam devidamente estimadas nos orçamentos dos órgãos responsáveis pela sua execução orçamentário-financeira, bem como sejam objeto de ação planejada e transparente, voltada para responsabilidade na gestão fiscal.

Art.6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda substitutiva visa adequar o projeto de lei ao ordenamento constitucional vigente, mormente, quanto à destinação dos recursos provenientes dos depósitos judiciais.

Assim, os recursos previstos neste projeto, não podem ter outra destinação senão ao Poder Judiciário, que é o seu gestor, não se afigurando, portanto, conveniente a sua destinação a outros órgãos ou instituições, mesmo porque, se destinam ao reaparelhamento do Poder Judiciário.

Com isso, estamos propondo a supressão da destinação de parte dos recursos, previstos, no substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação, ao Ministério Público, Defensoria Pública e Procuradoria Geral dos Estados e do Distrito Federal.

Há que se ressaltar ainda, que esses recursos não podem ser destinados ao pagamento de honorários advocatícios aos defensores dativos nomeados pelos juízes, por tratar-se de dever do Poder Executivo.

Outro aspecto que deve ser considerado é a necessidade de se evitar a reserva de mercado às instituições financeiras oficiais, razão porque, não se pode impedir a participação de instituições privadas, até mesmo para

garantir a remuneração devida às aplicações e com maior clareza, preservando-se, entretanto, a preferência às instituições oficiais, sem, contudo, impedir a participação de outras no certame.

Sala das Sessões, em de de 2011.

FÁBIO RAMALHO
Deputado Federal – PV/MG